

Não faz muito tempo, no 11 de novembro, estive nesta tribuna durante horas a falar em defesa da legalidade. Venho investido, agora, da função de representante do meu partido, ocupar a tribuna em uma sessão que não deveria existir se determinados elementos se grupelhos do Brasil, não tentassem rasgar a Constituição Brasileira (Muito bem!) Aqui estamos, srs. deputados, após a renúncia de um presidente, renúncia provocada por motivos que os dias futuros explicarão. Neste instante, solenemente e com a mesma veemência, há potecemos o nosso apoio à Constituição e também à política externa do presidente que renunciou. (Muito bem!)

Srs. deputados, disse de início que esta sessão não encontraria justificativa se alguns dos que se consideram donos das Forças Armadas brasileiras não tentassem enviar ao Congresso comunicados ridículos, dizendo que a posse do Vice-Presidente da República representa perigo para a segurança nacional.

Ora, srs. deputados, é o Vice-Presidente da República o companheiro de chapa do Marechal Lott. Então era o próprio Marechal Lott que levava ao seu lado um homem que provocara a insegurança. Era ele também um homem a provocar a insegurança.

Ora, srs. deputados, esta Assembléia Legislativa tem que acompanhar os passos do Brasil, onde, em todos os cantos, se prova e mostra que não é simplesmente com comunicados à Câmara Federal que o assunto estará resolvido. Até onde acreditam esses homens na covardia de todos nós? Onde pensam que estamos? Será que já nos deram o atestado de incapacidade, o atestado do medo? Ou então dizem eles um ao outro: "Não adianta, vamos resolver". Eles se calam. Errados estão os chefes que hoje se intitulam donos das Forças Armadas do Brasil, pois em todos os cantos da pátria já se começa a encerrar com repulsa essas atitudes. E no parlamento de São Paulo, esteio da democracia, saberemos, com veemência, dizer a esses generais: "Rasguem as suas consciências, mas não rasguem a consciência dos brasileiros".

O apoio do PTN a esta moção ao Congresso Federal, traduz a opinião da nossa bancada, isto é, se se aceitar a imposição de três homens que querem matar nossa Nação, se se aceitar a imposição daqueles que querem rasgar a Constituição, estaremos decretando a falência da nossa própria vida.

O PTN, Srs. deputados, talvez com uma veemência um pouco exagerada por parte do seu representante, decididamente se associa a todos os movimentos de repulsa aqueles que querem vender a Nação. E eu digo a V. Exas. que aqueles três militares se enganam tremendamente, pois o Brasil não receberá o seu comportamento com a mesma naturalidade com que aceita o passar de um dia para outro.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Arruda Castanho, pela bancada da UDN.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, os deputados da Assembléia Legislativa pertencentes à bancada da UDN, que apoiam a proposição em debate, enviaram ao Sr. Herbert Levy, Presidente Nacional do Partido, a seguinte carta:

(Lê): Os signatários desta, deputados integrantes da bancada udelista na Assembléia Legislativa de São Paulo, dirigentes partidários, militantes da UND paulista, acompanhando atentamente a evolução da crise política que putido Herbert Levy, Presidente do Diretório Nacional da UDN, no bom e rápido encaminhamento da solução por todos impacientemente esperada. Manifestam, em nome da bancada udelista no Palácio Nove de Julho, sua convicção de que a direção partidária e os representantes nas Câmaras Altas da Nação sustentarão sua conduta pelo respeito ao espírito da lei básica do país, no que estarão mais uma vez representando e defendendo o sentido de luta do seu partido.

Sr. Presidente e Srs. deputados, como no passado, o nosso partido defende a Constituição e o direito de posse do Vice-Presidente da República. Tendo sido o Sr. Jânio Quadros afastado do governo por causa da sua política exterior que era feita pelo Ministro Afonso Arinos, política que estava projetando o Brasil em todo o mundo, deveria ser empossado o Sr. Vice-Presidente da República. Defendemos a Constituição do país, defendendo a posse do Sr. João Goulart. Não podemos concordar com um regime democrático de fãncaria, onde a vontade popular manifestada nas urnas é violentada pelas Forças Armadas.

O Brasil deve estar unido na defesa da sua Constituição, resistindo às forças de opressão, que pretendem sufocar os ideais libertários do seu povo. Enquanto esta tribuna for uma arma do povo, aqui estaremos para defender a liberdade. Silenciada esta tribuna pela força, continuaremos nas ruas a nossa pregação em prol da defesa da nossa Carta Magna. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Srs. deputados, a Presidência acaba de receber notícia ainda sem confirmação, que deseja transmitir aos ilustres parlamentares, pois sabe que, confirmada, vem ela em verdade atender ao desejo, à vontade, à consciência democrática desta Casa. Informa-se que a Câmara Federal rejeitou o "impeachment". (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. Os Srs. deputados, de pé aplaudem.)

Resta à Casa, com o pensamento voltado para Deus e para o povo desta grande Nação, formular votos para que se confirme a grande notícia. (Muito bem! Palmas.)

Com a palavra o nobre deputado Walter Menk. (Pausa. Com a palavra o nobre deputado José Maria Costa Neves.)

O SR. JOSÉ MARIA COSTA NEVES — Sr. Presidente e Srs. deputados, o Partido Republicano, a quem represento neste instante, como líder, encontra-se unido no pensamento comum que domina a todos os parlamentares desta augusta Casa, pensamento esse: externado em telegramas manifesto dirigidos às principais autoridades da Nação, tanto civis como militares, no sentido de que a Constituição Brasileira deve ser mantida a todo o transe, pagando-se por isso qualquer preço, por mais alto que seja ele.

Assim sendo, o Partido Republicano, como não poderia deixar de ser, face às suas tradições democráticas que se aprofundam na história republicana de nossa pátria, vem, neste preciso instante oferecer a sua solidariedade completa, total e absoluta às manifestações generalizadas dos Srs. deputados, de repúdio às soluções extra-legais ora engendradas por pseudo-patriotas.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência pede a atenção dos Srs. deputados. Está na tribuna o nobre deputado José Maria Costa Neves.

O Sr. José Maria Costa Neves — Realmente, outra não poderia ser a atitude dos parlamentares que integram a bancada do Partido Republicano, como outra não pode ser, em hipótese alguma, a atitude de todos meus nobres pares, porquanto, no momento exato em que o Brasil vê bruxular a antes vivida chama da democracia, democracia essa conseguida com tanto sacrifício, necessário se torna a manifestação meridiana, corajosa, uníssona, como esta que nos estamos propondo, e antecipadamente vitoriosa, com o que dá o Parlamento paulista a medida exata de sua grandiosidade, estímulo e alento para as assembleias legislativas dos outros Estados da Federação.

Mais uma vez, assim, se põe São Paulo campeão da democracia, vanguarda das melhores tradições do nosso povo.

Não se compreende, nobres pares, ainda que estudada e analisada com excessiva dose de benevolência. Senão vejamos, nobres pares meus: o Sr. Jânio da Silva Quadros, Presidente renunciante, vence eleições livres e honestas e se guia à cúpula máxima do Poder Executivo nacional com uma margem de votos inédita em nossa história republicana.

Ao depois, por razões que agora não quero examinar, descartar-se da responsabilidade que tomou sobre os ombros, fato previsto pela nossa Constituição.

Mas a Lei Magna, em seu artigo 79, dispõe que lhe sucederá o Dr. João Goulart, Vice-Presidente, eleito também em eleições livres e honestas.

Mas os três ministros militares, na estreiteza de seu pensamento, julgam impossível o cumprimento de seu dispositivo, por apresentar o Dr. João Goulart qualidades negativas que o incompatibilizam com a ascensão ao Poder.

Mas por quê?

Porque permitiram eles sua candidatura, quando candidato? Se era o mesmo homem, a mesma personalidade?

Nada se alegou contra ele, quando ombreava na pugna eleitoral ao lado do ínclito Marechal Lott, em que todos — "até eles, os oniscientes comandantes da Pátria" — reconheciam um homem valoroso, orgulho nosso, exemplo para as gerações futuras. (Muito bem! Aplausos.)

Senhores Deputados, nobres pares meus.

Neste momento, já não em nome do Partido Republicano mas em nome pessoal, com responsabilidade exclusiva a recair sobre mim, devo aqui salientiar e ressaltar a conduta desse brasileiro de honra, desse brasileiro de pulso, desse brasileiro de coração brasileiro, correto sempre coerente sempre democrata no conceito geral e específico do termo, corajoso e valoroso em todos os momentos, este que se chama Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, pois é prevendo a baderna e sentindo a mazorca — ele, que foi o grande derrotado no último pleito presidencial, fez levantar a sua voz no momento exato e gritou democracia alto e bom som aos seus próprios companheiros de farda (e nesse grito deu um brado de alerta a todos os brasileiros, dizendo-lhes que a Constituição precisava ficar intangível, guindando à Presidência da República o Dr. João Goulart, legitimamente eleito pelo povo, em sufrágio universal.

Agora, está preso nas Lages. Não quis levar sua farda consigo porque achava que os demais militares a tinham desonrado. Srs. deputados, não podemos prescindir, não podemos procrastinar exemplos tão bonito e tão edifi-

cante como este! Precisamos ser dignos da mesma nacionalidade do Marechal Lott e, se preciso for, guiados pelo seu desassombroamento vamos — inclusive o também — empunhar armas, como já as estão empunhando os valerosos brasileiros do Rio Grande do Sul, como civis e militares já as estão empunhando o Comandante do III Exército (Palmas), para fazer sentir ao mundo inteiro que neste Brasil há brasileiros conscientes de suas responsabilidades democráticas. E a responsabilidade maior do brasileiro é cumprir e honrar — e fazer honrar o cumprir a Constituição da nossa Pátria! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jorge Nicolau.

O SR. JORGE NICOLAU — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputado, esta Casa, que desde a tarde de sexta-feira está em vigília cívica permanente, depois de ter feito alguns pronunciamentos, que fixaram a sua posição face ao momento histórico que estamos atravessando, voltou hoje a reunir-se, quando se noticia que sérios e perigosos acontecimentos estão ameaçando a estabilidade das instituições democráticas.

Tendo os oradores que me antecederam na tribuna abordado estes acontecimentos sob o aspecto cívico do patriotismo e da democracia, quero abordá-los nas suas razões e nas suas causas. Quero, aproveitando esta oportunidade — não importa o que amanhã possa me acontecer, porque se não puder fazê-lo aqui na minha terra, estarei no Rio Grande do Sul lutando pela liberdade e pela legalidade de nossa terra — (Muito bem!) quero dizer que nos lembramos que, em 1938, quando era Presidente, Getúlio Vargas fazia declarações de que faria conduzir a nossa terra, o nosso país, o nosso povo no caminho de uma política independente. Todos se lembram do que aconteceu. Emissários de nações estrangeiras chegaram aqui e mudaram o curso da história. E se não derubaram Getúlio Vargas em 1938, vieram a derrubá-lo em 1945. Realizaram o seu intento quando o Presidente da República pretendia de novo mudar os rumos históricos da nossa terra, possibilitando ao Brasil condições que nos permitissem seguir uma política independente face aos dois mundos que se debatem e se chocam aí fora. Em 1945 apearam Getúlio Vargas do governo. Quero lembrar a esses homens que hoje ensaiam para ser ditadores — quero lembrar ao Marechal Denys e ao General Cordeiro de Farias — os exemplos da história. Vejam S. Exas. o destino dos ditadores, do maior deles, Hitler, da Alemanha, cujas cinzas ainda estão quentes, mostrando o destino daqueles que sonham sufocar as liberdades de um povo. (Muito bem!) Quero também lembrar a estes homens, que nesta hora têm sobre os ombros responsabilidades imensas, o fim daquele outro ditador, Mussolini, que teve o seu corpo exposto nas praças e nas ruas de Milão, de cabeça para baixo, no ultraje maior que pode receber um homem que exerceu uma função.

Sr. Presidente, Srs. deputados, estes generais que envergam a gloriosa e honrada farda do Exército Brasileiro, farda sustentada pelo suor, pelo sangue e pelo sacrifício do povo brasileiro, estão na obrigação de defender a vontade livre, independente e soberana do povo brasileiro, daqueles que os sustentam nas posições que ocupam, e nunca — nunca! — defender outros interesses que não aqueles do nosso povo e da nossa gente. Não podem eles procurar impedir o desenvolvimento de nossa terra. O Brasil avançou em 5 anos mais de 50, sob a égide do regime democrático e da liberdade. Pois então, obedecendo aos preceitos constitucionais, obedecendo à lei, obedecendo à Constituição, demos ao companheiro do grande Presidente Juscelino Kubitschek — ao que fez o Brasil avançar 50 anos em 5 — a oportunidade de governar; asseguremos a ele o direito que tem de se empossar na Presidência da República. E, nesta hora, não vemos no Sr. João Goulart o Presidente do nosso Partido. Eu, que fui perseguido pelo governo que renunciou, que fui prejudicado na minha carne e no meu sangue pelo ex-Presidente Jânio Quadros, deixei tudo, esqueci tudo para vir defender a continuidade do seu governo. Isso fiz, nesta Casa, com independência. Por isso posso dizer que hoje não defendo, para o Presidente de um partido, o direito de ser Presidente da República; defendo o direito do homem que foi eleito pela vontade livre e soberana do povo brasileiro, em 4 de outubro de 1960.

Meus amigos e caros deputados, estes generais, estes mesmos homens apearam do governo dois Presidentes da República. E eu, que acredito na sabedoria do povo, acredito nisso que tenho desde criança ouvido do povo, e permitam que eu repita: «Três é sinal de força». Eles não tapearão, não conseguirão sacrificar o terceiro Presidente da República. Isso não conseguirão nunca!

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica a V. Exa. que lhe resta apenas mais um minuto do seu tempo regimental.

O SR. JORGE NICOLAU — Quero neste último minuto dizer a verdade do meu pensamento. Desta tribuna lanço o meu apelo para que chegue até onde se encontra o Sr. João Goulart. Que S. Exa. venha ao Rio Grande do Sul e todos nós nos uniremos a ele, para cumprir a vontade do povo que o elegeu para exercer o governo, vontade que emanou da democracia e do voto livre do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco, pela bancada do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. CID FRANCO — Sr. Presidente, Srs. deputados, os socialistas dariam voto favorável à moção que esta Casa deve aprovar com esse sentido, o da defesa da posse do Vice-Presidente constitucional do Brasil, seja ele quem for. Todas as outras moções que tenham esse sentido representarão um acúmulo único, em torno do qual esta Casa não pode e não deve dividir-se.

Srs. deputados, as forças que obrigaram o Presidente da Argentina, Arturo Frondizi, a trair o seu povo, a virar um «Fregoli» da política internacional, a entrar para a presidência como uma pessoa e a permanecer na presidência como outra, desmentindo o seu livro magnífico — «Luta antiimperialista», cedendo à pressão das forças do capitalismo norteamericano, foram as mesmas forças, as mesmíssimas forças que se contrapuseram à política internacional do Sr. Jânio Quadros. E evidente. Quem quer que estude em nossa época a história política e econômica dos países subdesenvolvidos da América, da Ásia e da África, não ignora o terrível poder desses trustes, que dominam a própria pontica dos Estados Unidos, que são a própria política dos Estados Unidos.

— (Assume a presidência a Sra. Conceição da Costa Neves).

Foram essas as forças que levaram o Sr. Jânio Quadros a renunciar. Desta mesma tribuna, por mais de uma oportunidade, critiquei: atos do ex-Presidente, ainda quando Governador, e depois, quando chefe do Executivo Nacional. Não concordo com a política interna desenvolvida por S. Exa. Acho que não deve haver separação entre as duas políticas, interna e externa. Uma deve justapor-se à outra. Isso não estava acontecendo.

No entanto, Srs. deputados, já era um progresso extraordinário para este país a coragem com que o ex-Presidente enfrentou a pressão dos trustes como a pressão daquele embaixador norteamericano, que saiu de fisionomia fechada do Palácio da Alvorada. O sr. Jânio Quadros mostrou ao mundo que este é o século XX, que o Brasil não pode estar fora do século XX. Este é o momento das relações diplomáticas e comerciais entre todos os povos do planeta, nesta época em que se tentam as experiências dos vãos cósmicos.

Que ridícula posição seria a do Brasil, não querer entender-se com tais e tais países, na época em que se tentam experiências de vãos cósmicos! Que ridícula!

No entanto, Srs. deputados, a conquista dessa política externa, que representava o pensamento desta Casa, que representava o pensamento desta Assembléia, em documento aqui aprovado em legislatura anterior, a conquista dessa política não era fácil. Era difícil!

Lembram-se deputados de outras legislaturas de requerimento meu, aqui aprovado, para que uma comissão de deputados fosse ao Rio de Janeiro solicitar ao então Presidente Café Filho o reatamento daquelas relações, expondo de viva voz a S. Exa. o ponto de vista favorável deste parlamento ao comércio livre e direto do Brasil com o mundo inteiro. S. Exa. nos recebeu com a maior delicadeza. S. Exa. afirmou que a tese era simpática. Mas S. Exa. nada absolutamente fez. Nada! Veio o Sr. Jânio Quadros. E eu quero, neste instante, louvar a coragem da política externa de S. Exa., que foi a causa da sua renúncia, mas não posso deixar de lamentar a sua renúncia. Ah! se ele não tivesse renunciado. Ah! se ele tivesse dito: "Daqui não saio. O povo para aqui me trouxe. Daqui não sairei". Os campos se teriam definidos imediatamente. Mas S. Exa., moço ainda, apegado à vida como todos os moços, preferiu a renúncia e não a resistência até o último instante. Não deixou de ser um apêgo à vida.

Lamento que S. Exa. haja renunciado. Mas, ainda assim, teve a coragem de desfazer-se do alto cargo, do mais alto cargo que um homem poderia ocupar na maior República da América Latina. Não o censura, propriamente. Lamento. Outra poderia ser a situação, se ele não houvesse renunciado. Os campos se dividiriam nitidamente naquele primeiro instante, e não haveria esta pantomima de militares a quererem manufaturar uma ordem constitucional que nada tem de constitucional.

Todos os Srs. deputados ouviram declarações de que os ministros militares vetaram o nome do Vice-Presidente João Goulart. Por quê? As razões são as mesmas: a mesma subserviência à política dos trustes; a mesma entrega dos interesses do seu povo a forças externas. Forças externas tão bem descritas, Srs. deputados, na admirável peça "A Engrenagem" de Jean Paul Sartre. Assistam a essa peça. Leiam-na. E verão V. Exas. tudo isso que estou dizendo.

A SRA. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — A Presidência deseja lembrar ao nobre orador que resta um minuto para terminar o seu discurso.